

Sumário

1. A PERSPECTIVA JUDICIAL DO DIREITO À BOA ADMINISTRAÇÃO: A BOA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA E SUA RELEVÂNCIA PARA O DIREITO PROCESSUAL	29
1.1. Premissas conceituais: sistema de justiça, administração judiciária e administração da justiça.....	29
1.1.1. Problemas jurídicos e sistema de justiça.....	29
1.1.2. Administração judiciária e administração da justiça.....	33
1.2. O direito à boa administração.....	35
1.3. O direito à boa administração da justiça	37
1.4. A administração da justiça no Brasil: uma visão geral.....	41
1.5. Algumas características do regime jurídico aplicável à administração judiciária da justiça brasileira na atualidade	44
1.5.1. Generalidades.....	44
1.5.2. Adoção do paradigma da justiça multiportas e primazia da solução consensual dos problemas jurídicos	44
1.5.3. Postura não exclusivamente reativa diante dos conflitos sociais	48
1.5.4. Flexibilidade.....	49
1.5.5. Preocupação com a criação de condições para o aperfeiçoamento das capacidades institucionais ..	51
1.5.6. Caráter participativo	55

1.5.7. Ênfase na informatização do processo – construção de um regime jurídico de proteção ao excluído digital.....	56
1.5.8. Estímulo à inovação	59
1.5.9. Observação final.....	60
1.6. Decisão administrativa coordenada e administração judiciária	60
1.6.1. A introdução da figura da decisão administrativa coordenada no ordenamento jurídico brasileiro..	60
1.6.2. A decisão administrativa coordenada no contexto dos novos instrumentos de administração judiciária	62
1.6.3. Algumas hipóteses de utilização da decisão administrativa coordenada pelo Poder Judiciário	63
2. O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	67
2.1. Contexto de criação.....	67
2.2. Composição e competências	69
2.3. Instrumentos de atuação.....	71
2.4. As funções do CNJ no sistema de justiça brasileiro	76
2.5. O papel do Conselho Nacional de Justiça na regulamentação das serventias extrajudiciais.....	85
2.6. As Resoluções do Conselho Nacional de Justiça: compreensão sob a perspectiva do poder regulamentar	93
2.6.1. Regulamentos autônomos	97
2.6.2. Regulamentos autorizados ou delegados	104
2.6.3. Regulamentos executivos.....	105
2.6.4. Síntese conclusiva. Dimensões do poder normativo do CNJ	106
2.7. As Recomendações do Conselho Nacional de Justiça	108
2.7.1. <i>Soft law</i> e o Direito processual.....	110
2.7.2. O papel das Recomendações do Conselho Nacional de Justiça	111
2.8. O Conselho Nacional de Justiça, regulação da administração judiciária e articulação institucional com os demais sujeitos do sistema brasileiro de justiça	117

2.8.1. Introdução	117
2.8.2. A atividade regulatória do Conselho Nacional de Justiça	119
2.8.3. O Conselho Nacional de Justiça e sua relação com outras portas de acesso à justiça	127
3. INOVAÇÃO E BOAS PRÁTICAS NA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA	133
3.1. O advento da inovação como categoria integrante do regime jurídico de organização e funcionamento do Poder Judiciário.....	133
3.2. A Lei n. 14.129/2021, a Resolução 395/2020 do Conselho Nacional de Justiça e os laboratórios de inovação.....	137
3.3. Boas práticas judiciárias.....	142
3.3.1. Noção e espécies.....	142
3.3.2. A posição das boas práticas na teoria das fontes do Direito processual	149
3.3.3. Fundamentos das boas práticas na administração judiciária. O papel do Conselho Nacional de Justiça.....	151
3.3.4. Características das boas práticas judiciárias.....	156
3.3.5. O processo de institucionalização das boas práticas.....	161
3.4. Experimentação e administração judiciária	165
3.4.1. Nota introdutória.....	165
3.4.2. Experimentos jurídicos de regulação.....	168
3.4.3. Experimentos jurídicos administrativos	173
3.4.4. Experimentos jurídicos processuais.....	174
4. INSTITUTOS REGULAMENTADOS PELO CNJ E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA.....	177
4.1. Institutos e temas previstos no CPC e regulamentados pelo CNJ.....	177
4.1.1. Cooperação judiciária.....	177

4.1.2. Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos.....	183
4.1.3. Capacitação e remuneração de conciliadores e mediadores.....	184
4.1.4. Processo em autos eletrônicos.....	185
4.1.5. Plataforma de editais e domicílio eletrônico	186
4.1.6. Citação eletrônica.....	187
4.1.7. Perícias.....	189
4.1.8. Banco nacional de dados de demandas repetitivas e de precedentes obrigatórios.....	190
4.1.9. Alienação judicial por meio eletrônico.....	191
4.1.10. Plantão judiciário	192
4.2. Institutos criados e disciplinados pelo Conselho Nacional de Justiça	193
4.2.1. Juízo 100% Digital	193
4.2.2. Núcleos de Justiça 4.0	195
4.2.3. Suporte à atuação em determinadas matérias.....	199
4.2.4. Centros de Inteligência.....	206
4.2.5. Sistema Informatizado para a Resolução de Conflitos por meio da Conciliação e Mediação – SIREC	209
4.3. Pesquisas estatísticas para avaliação da efetividade das normas do CPC	214
4.4. Administração judiciária negocial e o Conselho Nacional de Justiça	217
4.4.1. Observação inicial.....	217
4.4.2. O Conselho Nacional de Justiça e a cláusula geral de negociação processual do CPC-2015	218
4.5. Litigância predatória.....	220
4.6. Litigantes vulneráveis.....	226
4.7. Execuções fiscais.....	238
5. REPERCUSSÕES PROCESSUAIS DO REGIME FUNCIONAL DOS MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO: O CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIO-	

NAL (RESOLUÇÃO CNJ N. 60/2008) E O DIREITO PROCESSUAL	247
5.1. Generalidades	247
5.2. Imparcialidade.....	250
5.2.1. O dever geral de imparcialidade e a tutela da aparência de imparcialidade.....	252
5.2.2. Conteúdo do dever geral de imparcialidade.....	254
5.2.3. Preclusão punitiva por conduta atentatória à imparcialidade.....	256
5.2.4. Celebração de protocolos institucionais com litigantes habituais e dever de imparcialidade.....	258
5.3. O dever de clareza na decisão judicial	259
5.4. O dever de diligência e o art. 235 do CPC	261
6. O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO: NOVAS PERSPECTIVAS NA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA	265
1. Introdução.....	265
2. Inteligência artificial	268
3. Aplicações da inteligência artificial no Poder Judiciário ...	270
4. A Resolução n. 332/2020	273
7. ENUNCIADOS SOBRE OS TEMAS ABORDADOS NO LIVRO	281
Apêndice I – O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	289
Apêndice II – ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA QUE REGULAM TEMAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	295
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	311